

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.529.463 - SE
(2019/0186186-4)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : ERONIDES DA SILVA
EMBARGANTE : RAIMUNDA BATISTA DOS SANTOS
EMBARGANTE : GENIVALDO RAMOS FERREIRA
EMBARGANTE : MARIA SILVA DE JESUS
EMBARGANTE : ELINAURA DOS SANTOS SILVA
EMBARGANTE : ANIZIO GUIMARAES COSTA
EMBARGANTE : MARIA ROZA DE GOES BELO
EMBARGANTE : RAIMUNDA DOS SANTOS
ADVOGADO : FELIPE SOUZA GALVÃO E OUTRO(S) - RS073825
EMBARGADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240
LUIZ AURELIANO DE SIQUEIRA SOUSA JUNIOR - PE024945
TAUANNA ALBUQUERQUE FARIAS - PE034226
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876
JOCELIA PACHECO MOREIRA FARIAS - PE035601
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060
FILIFE JOSÉ BACELAR DA COSTA - PE042214
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : LAERT NASCIMENTO ARAÚJO - SE001780
CARLOS ANDRÉ CANUTO DE ARAÚJO - AL005061

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por ERONIDES DA SILVA e OUTROS, contra a decisão unipessoal que determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que lá permaneçam suspensos, devido ao reconhecimento, pelo STF, da repercussão geral da matéria relativa a possível interesse jurídico da CEF nas ações que envolvem seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (RE 827.996/PR).

É o relato do necessário. Decido.

Conforme o pacífico entendimento desta Corte, é irrecorrível a decisão do Relator do STJ que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem a fim de aguardar a fixação de tese jurídica na sistemática da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal, pois se trata de ato incapaz de gerar prejuízo

às partes e, portanto, desprovido de caráter decisório. Nesse sentido: AgInt no AREsp 913.312/SP, 3ª Turma, DJe 26/06/2019; AgInt no REsp 1.623.789/PR, 3ª Turma, DJe 27/03/2019; AgInt nos EDcl no AREsp 1.411.879/SP, 4ª Turma, DJe 20/08/2019; AgInt no AREsp 921.021/SP, 4ª Turma, DJe 17/05/2019; EDcl no AgInt no AgRg no AREsp 431.325/PE, 4ª Turma, DJe 03/05/2019; AgInt no AREsp 95.892/SC, 4ª Turma, DJe 28/03/2019; AgInt no CC 152.194/SC, 2ª Seção, DJe 22/03/2019; AgInt nos EAREsp 738.545/SE, Corte Especial, DJe 23/05/2018.

Outrossim, ainda que o reconhecimento da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal não implique imediato sobrestamento dos processos em andamento, conforme definido no RE 966.177/RS, a jurisprudência desta Corte, de fato, anuncia que por medida de economia processual e para evitar decisões conflitantes, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional justifica a devolução, à origem, dos recursos especiais que tratem da mesma questão jurídica, exatamente como determinou a decisão ora impugnada.

A propósito, confira-se o seguinte julgado, que bem pontou a racionalidade desse procedimento:

"PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. TEMA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TEMA 111. RE 970343. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. RACIONALIDADE DO SISTEMA PROCESSUAL. NÃO CABIMENTO DE RECURSO CONTRA A DECISÃO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO.

I - [...] Determinou-se a devolução dos autos à Corte de origem para o fim de que se aguarde o julgamento de tema com repercussão geral reconhecida no RE 970343 (TEMA 111). A parte agravante se insurge quanto à devolução dos autos, sob o fundamento de que não foi interposto recurso extraordinário. A decisão que determina o sobrestamento do feito para que se aguarde o julgamento de matéria submetida à repercussão geral é irrecorrível, porquanto não causa prejuízo à parte. A título de *obiter dictum* fazem-se necessárias algumas considerações relativamente às alegações trazidas pela parte agravante no agravo interno.

II - A racionalidade de julgamento promovida pela legislação processual civil visa à uniformidade na prestação jurisdicional. Preza o Código de Processo Civil de 2015 pela oportunidade de adequação das decisões proferidas nas Cortes Estaduais e Regionais.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, cabe às Cortes Estaduais e Regionais a concretização dos entendimentos firmados nos precedentes jurisprudenciais (art. 927 do CPC/2015).

[...]

VII - Não há a necessidade de interposição de recurso extraordinário para sobrestamento do recurso especial. Isto porque a interposição de recurso extraordinário depende da existência de fundamento constitucional no acórdão proferido pela Corte de origem (e. n. 126/STJ) ou de discussão essencialmente constitucional no recurso especial, caso este em que deve ser determinada a conversão do recurso especial em recurso extraordinário, se já não foi interposto recurso extraordinário (art. 1.032 do CPC/2015). Assim, nos casos em que não há fundamento constitucional no acórdão, ou não se trata de discussão essencialmente constitucional, é inviável a interposição de recurso extraordinário (art. 102, III, da CF/88).

VIII - Por outro lado, o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de repercussão geral sobre determinada matéria vincula a discussão relacionada à mesma matéria, desde que presente a prejudicialidade no julgamento do recurso (...). Isso porque o Superior Tribunal de Justiça, os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais não poderão deixar de aplicar o entendimento vinculante, firmado no Supremo Tribunal Federal, sobre a matéria submetida à repercussão geral (art. 1.040, I e II, do CPC/2015).

IX - Assim, havendo discussão, no recurso especial, sobre a matéria cuja repercussão geral tenha sido reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário o sobrestamento do julgamento do recurso especial, ainda que não haja recurso extraordinário interposto na Corte de origem (...). A determinação de devolução do recurso especial, para que se aguarde novo juízo de admissibilidade, após o julgamento da repercussão geral, funda-se, portanto, na racionalidade do sistema processual, que preza pela uniformidade de julgamento, sobre a mesma matéria, nas Cortes de Justiça (art. 1.039 do CPC/2015).

X - Também, a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para se aguardar o julgamento de matéria submetida à repercussão geral, independe de determinação de sobrestamento pelo relator do processo no STF.

XI - Conforme a jurisprudência do STJ, havendo o reconhecimento de repercussão geral, ou afetação para julgamento como repetitivo de recurso especial, é de rigor a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que se aguarde o julgamento da matéria paradigma (...). Esta decisão é irrecorrível, por não gerar nenhum prejuízo para a parte. Eventual argumentação de *distinguish* também pode ser formulada no juízo a quo.

Superior Tribunal de Justiça

XII - No julgamento dos REsp 1.202.071/SP e 1.292.976/SP v.g, na Corte Especial do STJ, decidiu-se pela não devolução dos autos, especificamente nestes casos, diante da falta dessa determinação pelo relator do acórdão paradigma.

XIII- Assim, vigora a jurisprudência desta Casa de que, se o relator não determinou o sobrestamento dos processos nos termos do art. 1.035, § 5º, do CPC/2015, a determinação de sobrestamento, diante do reconhecimento de prejudicialidade do processo paradigma, é uma faculdade do Relator. Nesse sentido: EDcl no AgInt no AREsp 1.252.924/SC, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 1º/4/2019, DJe 4/4/2019.

[...]

XV - Agravo interno não conhecido".

(AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 906.819/RS, 2ª Turma, DJe 16/09/2019)

Assim, a decisão impugnada deve ser mantida.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração e RATIFICO a determinação de devolução dos autos ao Tribunal de origem, para que lá permaneçam suspensos até a definição do **Tema 1011** da repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal (RE 827.996/PR), após o que deverá ser observada a sistemática prevista nos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar a condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15, sem prejuízo de outras sanções processuais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora